



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

RSC E O DESEMPENHO DAS SUBSIDIÁRIAS DE EMPRESAS MULTINACIONAIS NO BRASIL DURANTE DA CRISE DE 2008: UM ESTUDO COM DADOS EM PAINEL

HENRIQUE CORRÊA DA CUNHA

FURB - Universidade Regional de Blumenau
henriquecorreadacunha@gmail.com

ANDREIA CARPES DANI

Universidade Regional de Blumenau
andreiacarpesdani@gmail.com

NELSON HEIN

FURB
hein@furb.br

RSC E O DESEMPENHO DAS SUBSIDIÁRIAS DE EMPRESAS MULTINACIONAIS NO BRASIL DURANTE DA CRISE DE 2008: UM ESTUDO COM DADOS EM PAINEL

1 Introdução

No período da crise econômica e financeira de 2008, existia uma tendência mundial que ligava a falta de ética, princípios e de valores no modelo empresarial clássico vigente. Fato considerado como a principal explicação para esse momento (SOUTO, 2009). Os efeitos da crise financeira mundial foram sentidos também no Brasil. Dados do IBGE evidenciam que no Brasil os efeitos da crise financeira mundial também podem ser percebidos nos anos de 2008, 2009 e 2010.

Períodos de crise podem trazer certos riscos e oportunidades relacionados com ações de responsabilidade social das empresas (YELKIKALAN; KOSE, 2012). Jacob (2012) atribui a falta de iniciativas referentes a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como um das causas da crise econômica e financeira. Jacob (2012) sugere que políticas de governança e práticas de RSC são ações que além de promover o aprimoramento dos mecanismos de controle e transparência nos processos de uma empresa, estas práticas auxiliam as organizações na superação dos desafios surgidos em momentos de crise.

Para que se tornem eficazes, durante a elaboração de políticas de RSC, as organizações devem redefinir os objetivos dos negócios alinhados com a estratégia da empresa. A mudança de atitude e perspectivas deve ser o resultado de uma reflexão sobre o valor central da empresa, que será favorecido por efeitos positivos sobre variáveis internas, como motivação ou cultura empresarial; o apoio das partes interessadas; reforço da estratégia de negócios; reforço da posição de mercado da empresa; a confiança dos investidores; e a conformidade dos processos de negócio com as políticas de governança corporativa. Considerando estes fatores, as empresas que adotam práticas de governança e RSC estarão em uma posição vantajosa para superar crises financeiras que afetem o mercado em que atuam. Neste contexto, usando a RSC como uma oportunidade de negócio (SOUTO, 2009).

No longo prazo o estabelecimento de uma relação mútua de confiança entre a empresa e os seus *stakeholders* (fornecedores, investidores, clientes, empregados entre outros) pode criar uma confiança mútua e lealdade que garanta a sustentabilidade e a cooperação continuidade e voluntária da parceria em tempos difíceis (JACOB, 2012). Além disso, não existe um consenso sobre a direção deste efeito nos estudos atuais. Com isso, a investigação de práticas de RSC, que impõem custos adicionais para as empresas, no período de crise financeira emerge como uma questão importante (YELKIKALAN; KOSE, 2012).

Além dos benefícios de longo prazo trazidos pela Responsabilidade Social Corporativa, existem potenciais benefícios de curto prazo, como, por exemplo, a *performance* da empresa em períodos de crise econômica e financeira (FREGUETE; NOSSA; FUNCHAL, 2015).

Diversas mudanças ocorreram na economia global nas últimas décadas, como o avanço e integração de economias emergentes como a China e a Índia. Embora ainda exista uma lacuna significativa na evolução do mercado e do ambiente institucional entre economias em desenvolvimento e as desenvolvidas, o mercado e como as variações institucionais podem contribuir para a RSC (WANG; DOU; JIA, 2015).

Wang, Dou e Jia (2015) argumentam que a RSC é mais viável em países desenvolvidos, que possuem um sistema institucional relativamente maduro e eficiente, com mecanismos de mercado, do que em países em desenvolvimento. Do mesmo modo, a relação entre a RSC e o desempenho financeiro é mais forte para as empresas de economias avançadas do que para as empresas pertencentes a economias em desenvolvimento.

No contexto das economias em desenvolvimento Njoroge (2009) afirma que companhias multinacionais enfrentam uma série de problemas devido à crise financeira global. A exemplo disso, como as empresas-mãe estão enfrentando uma escassez de liquidez, a maioria das empresas multinacionais têm sido forçadas a cortar gastos, que incluem aqueles relacionados a responsabilidade social corporativa.

Devido à interrupção do fluxo de crédito, as empresas multinacionais têm sido incapazes de apoiar as suas subsidiárias no exterior (NJOROGÉ, 2009). Sendo assim, Njoroge (2009) sugere que embora algumas subsidiárias tenham suas matrizes em países desenvolvidos, em momentos de crise financeira ocorre a redução dos compromissos sociais que por sua vez afetam tais iniciativas nas subsidiárias nos países em desenvolvimento.

A economia brasileira tem acompanhado os momentos de crise, assim como os demais países em desenvolvimento. Esta condição altera a percepção da sociedade referente as necessidades e as suas prioridades. Percebe-se um esforço crescente por parte das organizações para atender demandas diferenciadas da sociedade, uma vez que estas organizações percebem que podem ser recompensadas quando buscam atender (por meio da conformidade) as demandas e expectativas da sociedade. Semelhantemente ao estudo de Freguete, Nossa e Funchal (2015), busca-se analisar essa relação no contexto de economias em desenvolvimento, como o Brasil.

Diante do exposto, tem-se como objetivo geral: Verificar se existe relação entre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o desempenho das subsidiárias das empresas multinacionais atuantes no Brasil durante a crise de 2008. Em seguida, busca-se responder a seguinte questão: Existe relação entre a Responsabilidade Social Corporativa e o desempenho das subsidiárias de empresas multinacionais atuantes no Brasil durante o período de crise de 2008?

Para tanto, sugere-se que em períodos de crise, as subsidiárias de empresas multinacionais que atuam no Brasil que praticam e comunicam suas iniciativas referentes a governança e RSC apresentam um desempenho superior quando comparadas com empresas que não possuem estas iniciativas.

Este estudo busca suprir uma carência de pesquisas envolvendo multinacionais com subsidiárias no Brasil, devido a escassez de dados multinacionais, e a possibilidade de comparação de companhias de diferentes países. Além disso, companhias multinacionais, possuem características de estrutura e governança diferenciadas, que incluem práticas de RSC.

Semelhante ao estudo de Freguete, Nossa e Funchal (2015) busca-se compreender os potenciais benefícios de práticas de RSC no longo prazo, considerando o desempenho econômico e financeiro das companhias. Ademais, a combinação de ambos os conceitos, sugere a ideia de que a RSC nos períodos de crise pode ser convertida de uma ameaça para uma oportunidade (SOUTO, 2009).

2 Fundamentação Teórica

2.1 Responsabilidade Social Corporativa e a Crise Econômica- Financeira de 2008

Na atualidade a identificação dos fatores que determinam a competitividades das organizações torna-se um imenso desafio em função da complexidade dos ambientes em que as organizações operam. A globalização gera oportunidades referentes a localização estratégica de recursos que promovam a sinergia dos recursos organizacionais porém aumenta a complexidade referente aos mecanismos de controle para coordenar e monitorar o desempenho de cada atividade envolvida na cadeia produtiva das organizações.

Com a mudança de estrutura do ambiente de negócios, o papel das organizações mudou dramaticamente, além disso, com os recentes escândalos financeiros e colapsos de

grandes corporações, atenção à RSC tem crescido significativamente (KARAIBRAHIMOGLU, 2011). Scott (1995) identifica 3 dimensões do ambiente institucional de um país que implicam na qualidade e na segurança referente aos mecanismos de controle e governança destes países. Deephouse e Suchman (2008) sugerem que a reputação, status e a legitimidade possibilitam o acesso a recursos escassos e valiosos. Relacionando esta condição com o ambiente institucional de um país, percebe-se que países com um ambiente mais estável e desenvolvido institucionalmente favorece a atração de investimentos estrangeiros.

A afirmação feita por Deephouse e Suchman (2008) referente a capacidade de obter recursos por meio da legitimação vale também para as empresas que quando promovem ações de RSC comunicam para os seus stakeholders um status diferenciado. Embora esta condição seja desejável, pois segundo recomenda Carroll (1996), a responsabilidade voluntária evidencia o satisfação dos níveis anteriores (base) na pirâmide de responsabilidade.

A crise financeira global levou a recessão econômica em diferentes países ao redor do mundo. Companhias multinacionais, foram obrigadas a reduzir gastos que incluem as despesas relacionadas com as práticas de responsabilidade social corporativa (NJOROGÉ, 2009). Embora em períodos de crise econômica e financeira estas práticas sejam racionais uma vez que segundo Carroll (1996) a prioridade torna-se a responsabilidade econômica da organização, a redução destes esforços referentes a RSC podem sinalizar para os diversos tipos de stakeholders uma situação de fragilidade evidente e possível colapso. Durante a crise financeira, o comportamento das organizações torna-se mais conservador, visto que embora momentos de crise envolvam a necessidade de práticas de RSC, as organizações estão menos dispostas a engajar-se nessas atividades (Cheney et al., 1990; Karaibrahimoglu, 2011).

No Brasil, segundo dados do IBGE, os efeitos da crise financeira mundial foram registrados durante o período de 2008 até o ano de 2010. Um dos motivos que contribuiu para que o Brasil fosse impactado pela crise mundial é a forte dependência do país com a exportação de *commodities* agrícolas e minérios. Pode-se afirmar que a crise financeira mundial de 2008 foi resultado da crise imobiliária Norte Americana que refletiu também nos países da Europa.

No Brasil a declaração feita em outubro de 2008, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de que a crise no Brasil seria apenas uma “marolinha”. Na ocasião o então presidente não considerava a gravidade da crise em outros países desenvolvidos que refletiu na retração do consumo de *commodities* produzidas em território nacional e que por sua vez impactou negativamente diversos setores da economia brasileira.

Ao examinar como a crise financeira global afeta responsabilidades sociais corporativas das empresas multinacionais no Quênia, Njoroge (2009) verificou que ocorreu uma influencia negativa da crise na responsabilidade corporativa das companhias, que incluem, por exemplo, o adiamento ou cancelamento dos projetos sociais.

Karaibrahimoglu (2011) ao analisar as 100 companhias listadas na revista Fortune, verificou que há uma diminuição significativa dos números e a extensão de projetos de RSC em tempos de crise financeira.

Jacob (2012) buscou analisar o impacto da crise financeira de 2008, sobre iniciativas de Responsabilidade Social Empresarial e suas implicações para a gestão de risco de reputação das companhias durante um período de crise. Os resultados apontaram que a crise financeira de 2008 teve um impacto claro sobre as iniciativas de RSC em muitas empresas, devido a pressão excepcional enfrentada para sobreviver, relacionada com demissões em massa e cortes de despesas em programas com envolvimento da comunidade. Entretanto, algumas questões relacionadas a RSC alcançaram maior profundidade após a crise, tais como governança, políticas ambientais organizacionais, e políticas de compensação. As principais

partes interessadas que foram afetadas pela crise foram empregados, seguidos pelos investidores e clientes.

Miras e Carrasco (2013) argumentam que estas circunstâncias possibilitam a verificação das verdadeiras motivações ou interesses de realização de políticas social ou ambiental para as empresas, e oferece uma oportunidade perfeita para testar o compromisso real das empresas com a RSC. Caso as empresas implementem ações de RSC buscando legitimidade ou benefícios diretos (visão de curto prazo), a RSC deve ser drasticamente afetado pela crise. Os resultados apontam que é reforçada a ideia de que as grandes empresas espanholas durante a crise continuaram a desenvolver ações de responsabilidade social corporativa.

Para as organizações que estão realmente envolvidas com essas questões, na qual a RSC esta integrada na sua estratégia de negócio, eles poderiam tirar proveito da crise como uma oportunidade em vez de considerando-a como uma ameaça. Por conseguinte, a presente crise pode não significar diretamente o desaparecimento de ações de RSC, embora possa influenciar na redução da quantidade de ações (MIRAS; CARRASCO, 2013).

As atividades de RSC são importantes para a superação de alguns problemas sociais provocados pela crise, pois é possível propor que a RSC pode produzir consideravelmente resultados úteis, tanto em termos corporativos como sociais. Alguns dos autores que estudaram esta questão determinaram que os problemas financeiros trazidos pela crise limitam (reduzem) o orçamento destinado as atividades de RSC e, portanto, teve efeitos negativos sobre a RSC; por outro lado, engajar-se em atividades de responsabilidade social é um bom método para fazer uso das oportunidades trazidas pela crise (YELKIKALAN; KOSE, 2012). Diante disso Yelkikalan e Kose (2012) apresentam na Figura 1, o impacto da crise sobre a RSC.

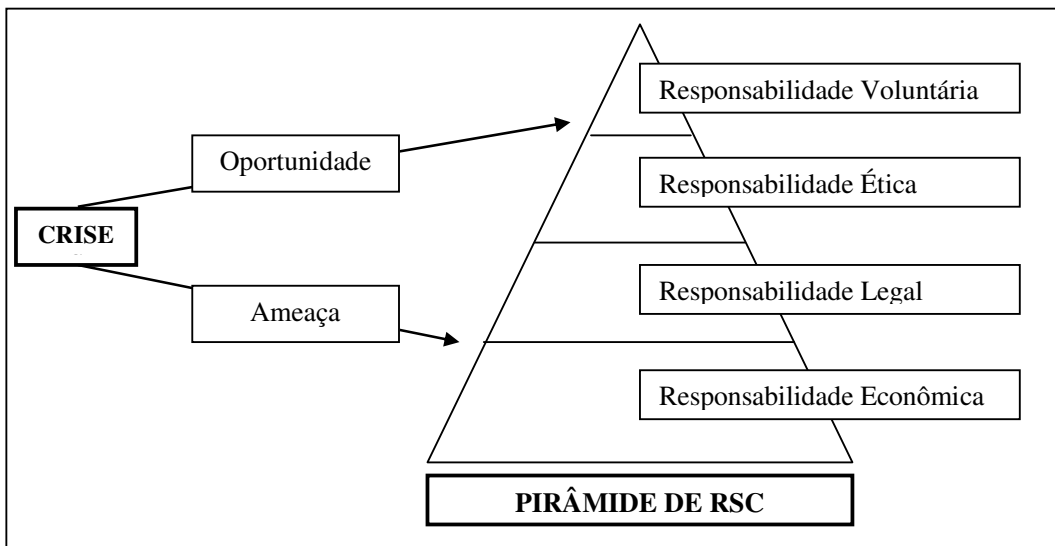


Figura1: O impacto da crise sobre a RSC.

Fonte: Yelkikalan e Kose (2012).

O modelo apresentado na Figura 1, baseado na pirâmide de Carroll (1996), busca explicar os efeitos da crise sobre a RSC sob o enfoque de diferentes direções. Sugere que as reações e práticas de RSC em períodos de crise dependem da localização dessas práticas em diferentes dimensões da pirâmide de RSC. Assim, a crise representa uma ameaça para as dimensões de responsabilidade localizadas na base da pirâmide, ou seja, para a RSC.

Para Yelkikalan e Kose (2012) grandes empresas continuam suas atividades de responsabilidade social sem interrupção, mesmo em tempos de crise, apoiando diversas atividades sociais e artísticas. O dilema de que "a crise tem um efeito positivo ou negativo sobre as atividades de responsabilidade social", deve ser analisado sob o enfoque dos componentes da pirâmide, visto que pode haver diferentes impactos para cada elemento. Tal perspectiva poderia ser útil para a compreensão do comportamento das empresas que percebem a crise como uma ameaça às suas atividades econômicas e tomam precauções, mas que, ao mesmo tempo permanecem suas atividades de RSC sem interrupção em períodos de crise.

2.2 Teoria Institucional – Legitimação e Recompensa

A hierarquia sugerida na pirâmide de RSC de Carroll (1996) evidencia a priorização das necessidades das organizações com fins lucrativos. Neste modelo percebe-se que a condição fundamental para promover a competitividade e a perpetuação do negócio é a atender os objetivos (metas) econômicos estabelecidos para o negócio. Estes objetivos devem ser alcançados respeitando as condições regulatórias impostas pelo ambiente institucional (Scott, 1995) do mercado em que a empresa atua. Após atender estes critérios, a organização poderá avançar para os estágios superiores da pirâmide.

Embora a pirâmide de hierarquia das responsabilidades corporativas de Carroll (1996) sugira que o atendimento das responsabilidades econômicas e legais sejam premissas para promover as demais responsabilidades o modelo proposto por Deephouse e Suchman (2008) sugere que as responsabilidades éticas e voluntárias possam contribuir para a construção do status e boa reputação das organizações. Estes elementos por sua vez são essenciais para a legitimação das organizações e gera vantagens competitivas.

Neste sentido, a teoria institucional sugere que as organizações são socialmente recompensadas por meio da legitimação e disponibilização de recursos (Deephouse e Suchman, 2008) e que estes fatores promovem a perpetuação das organizações que se submetem e são capazes de se adaptarem as pressões institucionais coercitivas, normativas e miméticas encontradas no mercado em que atuam (DIMAGGIO e POWELL, 1991; MEYER e ROWAN, 1991).

Meyer e Rowan (1977) apresentam a legitimidade no mesmo patamar dos recursos (tangíveis) organizacionais sugerindo que este recurso é crucial não somente para promover o bom desempenho, mas também para sobrevivência da organização. Meyer e Rowan (1977) sugerem que o desempenho organizacional depende não somente da eficiência na utilização dos recursos, mas também da conformidade com os mitos institucionalizados no ambiente organizacional.

A conformidade da organização com as expectativas da sociedade e o comportamento racional da mesma contribui para a boa reputação da organização. Neste cenário recomenda-se que a reputação é uma expectativa generalizada sobre um comportamento ou desempenho futuro da empresa com base em percepções coletivas de comportamento ou desempenho passado (FERGUSON, DEEPHOUSE, FERGUSON 2000; FOMBRUN, RINDOVA, 1996).

Outro elemento central para a análise da competitividade da organização que reforçam a proposta da nova teoria institucional é a importância do status para promover o acesso a recursos no mercado em que empresa atua. O status é uma construção social que implica na ordenação ou classificação dos atores sociais (WASHINGTON e ZAJAC, 2005: 284) baseado na estima que cada ator pode exigir em função da adesão a um grupo ou grupos com práticas,

valores, características e capacidades diferenciadas (BENJAMIN e PODOLNY, 1999; WEBER, 1946).

A legitimidade, a reputação e o status permitem que as empresas obtenham acesso a recursos valiosos no mercado. Esta condição deve ser avaliada de maneira estratégica uma vez que pode implicar na diferenciação (posse e controle de recurso exclusivo) ou no isomorfismo (adaptação e conformidade com as normas e padrões do mercado).

Deephouse e Suchman (2008) apresentam o modelo a seguir que sugere vantagens competitivas geradas pela legitimação, status e reputação das organizações.

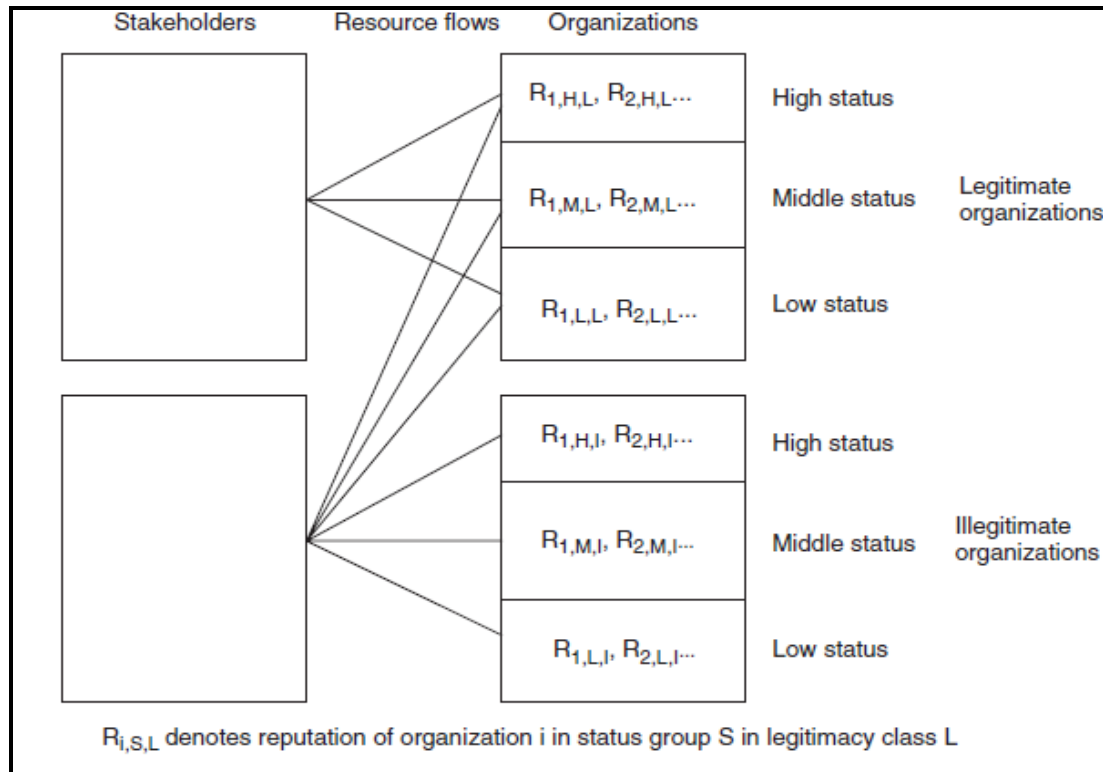


Figura 2 – Efeitos da legitimidade, reputação e status sobre o fluxo de recursos entre stakeholders e organização

Fonte: Deephouse e Suchman (2008).

O modelo proposto por Deephouse e Suchman (2008) sugere uma dinâmica e interação entre as organizações e os grupos de stakeholders (comunidade/mercado). Percebe-se que a reputação, legitimidade e status são fatores decisivos para que a organização possa obter acesso a recursos oriundos de grupos específicos de stakeholders. Exemplos desta interação incluem organizações que buscam legitimação por meio de certificação, ações sociais entre outros tipos de iniciativas que aumentam ou favorecem a aceitação das organizações por grupos específicos (criteriosos) de stakeholders.

Neste contexto, Mayer e Rowan (1977) apresentam o sentido simbólico da institucionalização. Para Mayer e Rowan (1977), os líderes das organizações possuem um papel fundamental na dedicação de esforços e recursos da organização para comunicar internamente e externamente a missão das organizações. Legitimidade é gerada através da comunicação dos valores e missão da empresa para a sociedade (colaboradores, clientes, fornecedores, etc). O relatório da RSC é uma das maneiras utilizadas pelas organizações para comunicar seus esforços referentes a tais ações.

2.3 Tamanho e desempenho

As adversidades políticas, sociais e econômicas geram uma diversidade enorme nas condições em que as organizações se desenvolvem e operam. Hannan e Freeman (1977, 1984) explicam a abundância de modelos e estruturas organizacionais em função destes fatores assim como a explicação das mudanças sofridas por estas organizações no decorrer dos anos. Para explorar o comportamento das organizações em função destes fatores, Hannan e Freeman (1977, 1984) apresentam o conceito da inércia organizacional como uma condição que cria resistência para a mudança em organizações já em funcionamento.

Freeman et al. (1983) recomendam que as taxas de fracasso das organizações declinam com o aumento do seu tamanho. Hannan e Freeman (1984) sugerem que o aumento do tamanho da empresa permite que esta tenha acesso a recursos diferenciados e de maneira mais competitiva.

Favaro, Bomberger e Meer (2009) avaliam os indicadores e condições enfrentadas por empresas em momentos de crises financeiras que afetam as indústrias em que estas operam. Para os autores (FAVARO, BOMBERGER, e MEER, 2009) um dos primeiros reflexos da crise financeira é a queda nos volumes das vendas das empresas. Favaro, Bomberger e Meer (2009) sugerem que quando ocorre a queda nos volumes de vendas as empresas buscam identificar oportunidades para reduzir custos. Neste processo muitas empresas cometem equívocos eliminando custos mas também recursos desejados ou necessários para atender as demandas dos seus stakeholders.

Sendo assim, percebe-se que ao sofrer com a queda no volume das vendas, muitas empresas eliminam gastos, entre eles as atividades de RSC. Em muitos casos, conforme sugerem Favaro, Bomberger e Meer (2009), estas iniciativas ao invés de contribuírem para a recuperação da empresa fazem com que esta tenha seu desempenho ainda mais prejudicado. Esta constatação é reforçada pelo argumento de Deephouse e Suchman (2008) que evidenciam que a perda de legitimidade faz com que a organização perca o apoio (acesso) de grupos diferenciados de stakeholders.

2.4 Estudos Similares

Sob outro enfoque algumas pesquisas tem buscado analisar a relação entre a responsabilidade social corporativa e o desempenho das companhias durante períodos de crise, como Simionescu e Dumitrescu (2014), Miura, Marcon e Souza (2011), e Giannarakis e Theotokas (2011), e Freguete, Nossa e Funchal (2015).

Simionescu e Dumitrescu (2014) analisaram 81 empresas romenas listadas na Bolsa de Valores de Bucareste (BSE), a fim de determinar se as práticas de RSC podem ser relacionadas com o desempenho financeiro destas empresas durante a recessão econômica, no período entre 2006 e 2012. Os resultados sugerem uma relação positiva entre a RSC práticas e empresas de desempenho financeiro. Além disso, sugerem que as praticas de RSC geram benefícios para o negócio no longo prazo, conduzindo a uma vantagem competitiva e novas oportunidades.

Miura, Marcon e Souza (2011) buscaram analisar se a rentabilidade média do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) tem um desempenho estatisticamente superior à rentabilidade do Índice Bovespa (IBOVESPA) no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2010 caracterizado pela crise econômica-financeira mundial. Os autores não encontraram diferença significativa entre o retorno médio diário do ISE e do IBOVESPA, mesmo em períodos de crise como a ocorrida em 2008. Dessa forma, as empresas listadas no ISE não ofereceram retorno diferente aos seus acionistas do que aquelas que não adotam postura idêntica, apesar do momento de dificuldade.

Giannarakis e Theotokas (2011) avaliaram o efeito da crise financeira no desempenho de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Foram analisadas 112 empresas incluídas na

lista de relatórios GRI em 2007, 2008, 2009 e 2010. Os resultados indicam um melhor desempenho de RSC antes e durante a crise financeira, exceto para o período 2009-2010. Assim, empresas aumentam o seu desempenho, a fim de reconquistar a confiança perdida pelos interessados.

Freguete, Nossa e Funchal (2015) analisaram a relação entre a prática de Responsabilidade Social Corporativa e o Desempenho Financeiro de empresas brasileiras durante um período da crise financeira de 2008. Os resultados apontam que, durante crises, firmas responsáveis socialmente não têm um diferencial de desempenho financeiro em relação às outras firmas no mercado, apesar de ter-se encontrado um efeito significativo que a crise traz para as empresas em geral.

2.5 Desenvolvimento das Hipóteses – RSC, Tamanho e Desempenho

A partir da sustentação teórica apresentada presume-se que existe uma relação positiva entre a responsabilidade social corporativa e o desempenho financeiro das companhias em períodos de crise econômica e financeira. Esta constatação segue a proposta de Deephouse e Suchman (2008) que sugerem que empresas legitimadas no mercado em que atuam possuem acesso a recursos escassos que não são acessíveis para empresas que não possuem esta característica.

Da mesma forma DiMaggio e Powell (1983) sugerem que a legitimidade institucional aumenta as chances das empresas sobreviverem em função da sua aceitação pelas sociedades em que atuam. Assim, surgem as seguintes hipóteses desta pesquisa relacionadas a variável independente RSC:

H₁: As subsidiárias de multinacionais no Brasil que promovem a RSC apresentam um desempenho superior durante a crise financeira de 2008.

O tamanho das organizações gera vantagens uma vez que ganhos obtidos com o aumento da escala de produção permitem que as empresas maiores apresentem estruturas de custo mais competitivas. A inércia organizacional é outro fator que contribui de maneira favorável para a sobrevivência das grandes organizações em momentos de crise. Sendo assim, Freeman et al. (1983) evidenciam que as taxas de fracasso das organizações declinam com o aumento do seu tamanho.

A hipótese 2 foi elaborada para avaliar se o tamanho das subsidiárias multinacionais que operam no Brasil está relacionado com o desempenho superior destas organizações durante a crise financeira de 2008.

H₂: O tamanho das subsidiárias de multinacionais no Brasil favorece o desempenho destas empresas durante a crise financeira de 2008.

3 Método e Procedimentos

A pesquisa, quanto ao seu objetivo é caracterizada como descritiva e de abordagem quantitativa, utilizando-se de dados documentais.

3.1 População e Amostra

A população compreendeu as subsidiárias das empresas multinacionais catalogadas entre as 500 Maiores e Melhores da revista Exame. Embora a base de dados da revista Exame possua mais de 2000 empresas catalogadas, para o presente estudo, foram selecionadas as subsidiárias de empresas multinacionais estrangeiras que atuam no Brasil durante os anos que sofreram fortemente o impacto da crise financeira mundial de 2008. Estes critérios permitiram a seleção de 110 empresas subsidiárias de multinacionais atuantes no Brasil nos anos de 2008, 2009 e 2010.

3.2 Coleta dos Dados

Os dados referentes a variável independente RSC, foram coletados a partir dos relatórios de sustentabilidade divulgados nos sítios das companhias analisadas, já os dados relativos ao desempenho econômico-financeiro serão coletados a partir da base da Economática.

3.3 Constructo da Pesquisa

A partir do levantamento de estudos correlatos realizado sobre RSC e desempenho econômico-financeiro, foram definidas as *proxys* a serem utilizadas para medição.

Critério de Análise	Variável	Descrição
Desempenho	CresVend	Crescimento de Vendas
	Ebitda	Earnings Before Taxes Depreciation and Amortization
	VendPEmp	Vendas por Empregado
Tamanho	Empr	Número de Empregados
	PatriLiqLeg	<i>Patrimônio Líquido Legal</i>
Responsabilidade Social Corporativa	Sustent	Relatório de Sustentabilidade publicado pela subsidiária de empresa multinacional no Brasil.

Quadro 1: Constructo da Pesquisa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a realização desta pesquisa as empresas alvo foram separadas em dois grupos, sendo um o das empresas caracterizadas como RSC e o outro o grupo de comparação (N_RSC) (IVO, 2012). Para a identificação e verificação das empresas que efetuam e comunicam esforços referentes a RSC, foi feito um levantamento de quais empresas contidas na amostra das 110 subsidiárias de empresas multinacionais que atuaram no Brasil durante os anos de 2008, 2009 e 2010 disponibilizaram relatórios de RSA durante este período.

3.4 Técnica de Análise dos Dados (Dados em Painel)

Baltagi e Raj (1992) recomendam que o método de análise de dados com a regressão em modelo painel é utilizada quando se toma simultaneamente uma série de dados ou observações em corte transversal acompanhando os mesmos indivíduos e diversas unidades econômicas e séries temporais. Wooldridge (2006) sugere que a análise utilizando o modelo painel de dados tem sido cada vez mais utilizada em estudos empíricos uma vez que o método possibilita a união de cortes transversais e séries temporais em um único modelo. Sendo assim, o modelo de dados em painel permite acompanhar de maneira mais precisa as variações individuais em diversos pontos específicos durante o período da observação. Desta maneira, a utilização do modelo painel no presente estudo permite por meio da utilização de uma sequência de seções transversais (*cross-sections*) a análise da dinâmica do comportamento do desempenho das subsidiárias das empresas multinacionais utilizando um reduzido espaço de tempo.

Wooldridge (2006) recomenda que um modelo de painel de dados pode ser descrito com a Equação 1 apresentada a seguir. Esta equação sugere que y_{it} representa a variável dependente, β_0 representa o intercepto, β_{xit} representa as variáveis dependentes, α_i representa os fatores não observados que são fixos ao longo do tempo, enquanto que u_{it} representa o erro residual, este que pode mudar ao longo do tempo. Percebe-se também que i representa o i -ésimo componente do corte transversal enquanto o t representa o t -ésimo período de tempo contemplado no período analisado.

$$y_{it} = \beta_0 + \beta_{xit} + \alpha_i + u_{it}, t=1,2,\dots,T, i=1,2,\dots,I$$

Equação 1 – Equação do modelo painel de dados
Fonte: Wooldridge (2006)

Segundo Wooldridge (2006), existem dois modelos para a análise de dados em painel, sendo eles: o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios. Wooldridge (2006) recomenda que a utilização de cada um dos modelos da seguinte maneira:

O modelo painel de dados de efeitos fixos “é eficiente quando os erros idiossincráticos são serialmente não correlacionados e não elaboramos nenhuma hipótese sobre a correlação do efeito não observado α_i e as variáveis explicativas (WOOLDRIDGE, 2006, p. 447)”.

Com relação ao modelo painel de dados com efeitos aleatórios o autor sugere que este é “adequado quando se acredita que o efeito não observado é não correlacionado com todas as variáveis explicativas (WOOLDRIDGE, 2006, p. 448)”.

Sendo assim, percebe-se que os modelos com efeitos fixos captam pela constante as diferenças entre os indivíduos da população de tal maneira que o intercepto de cada variável independente, embora possa variar entre os sujeitos da amostra, permanece constante para cada indivíduo ao longo do tempo. Já para os modelos de painel de dados com efeitos aleatórios estas diferenças são captadas por meio do erro, propondo u_{it} como variáveis aleatórias, e não fixas ao longo do tempo. Wooldridge (2006) sugere que para definir se o modelo empregado na análise de dados em painel utilizará efeitos fixos ou efeitos variáveis, devem ser realizados o Teste de Breusch-Pagan, o Teste de Hausman e o Teste F para avaliar qual estimador é mais recomendado.

O modelo de análise de dados em painel será realizado com o software Gretl e pretende testar as hipóteses propostas para o presente estudo.

4 Análise dos Dados e Interpretação dos Resultados

O Quadro 2 apresenta os resultados obtidos com o modelo painel de dados utilizado para testar as hipóteses propostas para o presente estudo. A amostra conta com 110 subsidiárias de empresas multinacionais atuantes no Brasil no período de 2008, 2009 e 2010. O período foi escolhido para avaliar se as empresas que possuem relatório de sustentabilidade e responsabilidade sócio-ambiental apresentam um desempenho superior no período da crise financeira mundial.

	<i>Coefficient</i>	<i>Std. Error</i>	<i>t-ratio</i>	<i>p-value</i>	
const	-95.1448	19.0254	-5.0009	<0.0001	***
Sustent	27.7404	7.40473	3.7463	0.0005	***
Empr	0.000416749	0.000267701	1.5568	0.1267	
PLiqLeg	0.0149199	0.0133065	1.1213	0.2683	
RiqPEmp	0.111402	0.0329108	3.3850	0.0015	***

Ebitda	0.028157	0.0116834	2.4100	0.0202	**
ExpPerVe	2.49418	0.65724	3.7949	0.0004	***

Mean dependent var	0.069072	S.D. dependent var	18.11424
Sum squared resid	8033.807	S.E. of regression	13.51246
LSDV R-squared	0.744959	Within R-squared	0.565773
LSDV F(52, 44)	2.471564	P-value(F)	0.001294
Log-likelihood	-351.8471	Akaike criterion	809.6942
Schwarz criterion	946.1539	Hannan-Quinn	864.8719
rho	-0.576432	Durbin-Watson	2.118801

Quadro 2: Modelo Painel de Dados

Fonte: Elaborado pelos autores.

O resultado do modelo painel de dados apresentado no Quadro 2 evidencia a relação entre a variável Sustentabilidade e o crescimento das vendas das subsidiárias das empresas multinacionais atuantes no Brasil durante o período da crise financeira mundial ocorrida no período de 2008, 2009 e 2010. O modelo evidencia também que o tamanho, medido em função do número de empregados e do Patrimônio Líquido Legal destas empresas, não apresentou uma relação estatisticamente significativa com o crescimento das vendas. Estes resultados sugerem que independente do tamanho das organizações, a comunicação das políticas de governança corporativa por meio do relatório de responsabilidade ambiental e social corporativa contribui para o desempenho superior das subsidiárias de empresas multinacionais que atuam no Brasil.

Os resultados obtidos com o modelo sugerem que as empresas que possuem preocupações com questões relacionadas com a governança corporativa possuem processos e práticas de gestão superiores que contribuem para o desempenho superior destas empresas. Ainda segundo Deephouse e Suchman (2008), podemos concluir que as empresas que promovem práticas de RSC e mantém estas práticas durante períodos de crise possuem vantagens referentes ao acesso de recursos de grupos específicos de stakeholders. Deephouse e Suchman (2008) sugerem que entre estes stakeholders encontram-se os clientes e fornecedores que permanecem leais a estas organizações (que possuem legitimidade) durante os momentos de crise.

Favaro, Bomberger e Meer (2009) recomendam que a em momentos de crise um dos primeiros indicadores que sinalizam a queda do desempenho nas organizações esta relacionado com o volume de vendas. Os resultados obtidos no presente estudo evidenciam que as empresas que apresentam um desempenho superior durante o período estudado (anos de 2008, 2009 e 2010) evidenciaram seus esforços referentes as ações de RSC por meio da divulgação de relatórios de sustentabilidade.

5 Conclusões e Recomendações

Pode-se concluir que as organizações que promovem e comunicam a responsabilidade social corporativa evidenciada por meio da disponibilização do relatório de RSC quando legitimadas pelo mercado em que atuam terão vantagens quando comparadas as que não evidenciam tais iniciativas. Desta maneira, a pirâmide das responsabilidades corporativas de Carroll (1996) em conjunto com o modelo de Deephouse e Suchman (2008) ajudam a explicar porque as empresas que promovem e comunicam de maneira eficaz suas iniciativas referentes RSC apresentam um desempenho superior mesmo em momentos de crise.

Favaro, Bomberger e Meer (2009) recomendam que manter os níveis (volume) de venda é uma preocupação constante, uma vez que a estrutura de custos de uma organização é

determinada em função destes volumes (fator diretamente relacionado com a escala mínima de eficiência). Carroll (1996) sugere que a responsabilidade voluntária de uma empresa evidencia para os *stakeholders* que a empresa já superou e atendeu questões referentes a responsabilidade econômica da empresa. Neste sentido os esforços para manter ações de RSC em momentos de crise é um importante fator para preservar e manter a legitimidade das organizações promovendo assim o acesso a recursos valiosos e escassos.

Os resultados obtidos com o presente estudo reforçam a recomendação de Kanter (2011) que sugere que as empresas promovem ações de responsabilidade social corporativa para atender demandas da sociedade e de seus empregados. O autor (KANTER, 2011) avalia que estas práticas trazem resultados positivos para as organizações uma vez que ao se tornarem socialmente responsáveis as organizações adotam práticas gerenciais que contribuem para o bom desempenho financeiro destas organizações.

O estudo evidencia que embora a credibilidade e o valor dos relatórios de sustentabilidade disponibilizado pelas empresas sejam alvo de críticas e de constantes questionamentos sobre a sua validade, as empresas que realizam e divulgam tais esforços apresentam melhores resultados. Kanter (2011) recomenda que as empresas que realizam e comunicam de maneira eficaz os seus esforços referentes a responsabilidade social corporativa conquistam uma posição de liderança e destaque que contribui para a permanência destas organizações no mercado.

Referências

CARROLL, Archie B. Ethical challenges for business in the new millennium: Corporate social responsibility and models of management morality. *Business Ethics Quarterly*, v. 10, n. 01, p. 33-42, 2000.

CHENEY, G. M. J. J. Organizational rhetoric and the practice of criticism, *J. Appl. Comm. Res.*, 18, no. 2, pp. 93-114, 1990.

CHOI, J.; KWAK, Y.; CHOE, C.. Corporate social responsibility and corporate financial performance: Evidence from Korea. **Australian Journal of Management**, Vol. 35, no.3, pp. 291-311, 2010.

DEEPHOUSE, David L.; SUCHMAN, Mark. Legitimacy in organizational institutionalism. *The Sage handbook of organizational institutionalism*, v. 49, p. 77, 2008.

FAVARO, Ken; BOMBERGER, Tim; MEER, David. Five rules for retailing in a recession. *Harvard Business Review*, v. 87, n. 4, p. 64-72, 2009.

FREGUETE, L. M.; NOSSA, V.; FUNCHAL, B. Responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro das empresas brasileiras na crise de 2008. **Revista de Administração Contemporânea**, vol.19 no.2, 2015.

GIANNARAKIS, G.; THEOTOKAS, I. The Effect of Financial Crisis in Corporate Social Responsibility Performance. **Jornal Internacional de Estudos de Marketing**, v. 3, n. 1, pp. 2-10, 2011.

JABOB, C. K. The Impact of Financial Crisis on Corporate Social Responsibility and Its Implications for Reputation Risk Management. **Journal of Management and Sustainability**, Vol. 2, no. 2; 2012.

KANTER, R. M. 2011. How great companies think differently. **Harvard Business Review** (November), 66-78

KARAIBRAHIMOGLU, Y., Z Corporate social responsibility in times of financial crisis. **African Journal of Business Management**, Vol. 4, no.4, pp. 382-389, 2010.

MAKNI, R.; FRANCOEUR, C.; BELLAVANCE, F. Causality Between Corporate Social Performance and Financial Performance: Evidence from Canadian Firms. **Journal of Business Ethics**, vol. 89, pp. 409–422, 2008.

MIRAS, M.M.; ESCOBAR, B.; CARRASCO, A. The impact of the economic crisis on the environmental responsibility of the companies. **Business world**, v. 17, p. 18, 2013.

MIURA, M. N.; MARCON, R.; SOUSA, M. J. B. A Crise Global e seus Impactos no Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial-ISE e do Índice Bovespa-Ibovespa. XXXI ENEGEP-Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Belo Horizonte/MG, Brazil, 2011.

NJOROGE, J. Effects of the global financial crisis on corporate social responsibility in multinational companies in kenya. **Ethical Information Analyst Intern**, v. 30, pp. 1-11, 2009.

ORLITZKY, M.; SCHMIDT, F. L .; RYNES, S. L. Corporate Social and Financial Performance: A Meta-analysis. **Organization Studies**, Vol. 24, no. 3, pp. 403–441, 2003.

SIMIONESCU, L.; DUMITRESCU, D. Corporate social responsibility and financial crisis. **Editorial board**, p. 31, 2014.

SOUTO, B. F. Crisis and corporate social responsibility: Threat or opportunity?. **International Journal of Economic Sciences and Applied Research**, Vol. 2, nº 1, pp. 36-50, 2009.

WANG, Q. ; DOU, J.; JIA, S. A Meta-Analytic Review of Corporate Social Responsibility and Corporate Financial Performance The Moderating Effect of Contextual Factors. **Business & Society**, 2015.

YELKIKALAN N., KOSE C. The effects of the financial crisis on corporate social responsibility. **International Journal of Business and Social Science**, Vol. 3, No. 3, pp. 292- 300, 2012.